A correta identificação do beneficiário final, essencial no KYC ou Conheça seu Cliente, medida central para prevenir a lavagem de dinheiro, faz parte dessas práticas reunidas pelo Banco Central nos GPS (Guias de Práticas de Supervisão)

Apenas 36% das instituições financeiras afirmam ter aderido integralmente aos GPS (Guias de Práticas de Supervisão), do Banco Central, que busca apoiar as IFs na correta interpretação e implementação da regulamentação vigente. A correta identificação do beneficiário final, essencial no KYC ou Conheça seu Cliente, medida central para prevenir a lavagem de dinheiro, faz parte dessas práticas reunidas pelo BC nos GPS.

Essa porcentagem faz parte da **Pesquisa de Maturidade PLD/FTP**, realizada pela EY, que contou com a participação de 51 instituições financeiras de diferentes setores e portes institucionais. No recorte por setor de atuação, os bancos comerciais lideram a amostra, com 19 instituições respondentes, representando 37% do total de respondentes. Em seguida, aparecem as seguradoras, com 12 participantes (24% do total), e as instituições de pagamento, com seis respondentes (12%).

Já 53% indicam adesão parcial ao GPS e 11% afirmam não ter iniciado o processo de conformidade. No contexto de PLD/FTP (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa), os GPS têm relevância por esclarecer expectativas de supervisão quanto à estruturação de controles internos, governança, monitoramento de operações e comunicação de situações atípicas.

“Mais do que criar novas obrigações, os GPS oferecem transparência sobre como o BC avalia a efetividade dos programas de prevenção, funcionando como referência prática para elevar o nível de maturidade das instituições e reduzir assimetrias no mercado”, diz Natalia Grigolin, sócia de Prevenção a Crimes Financeiros da EY Brasil. “Esses guias consolidam as expectativas da supervisão com base nas melhores práticas do setor. Nesse sentido, a adesão a eles é um indicativo de maturidade institucional e alinhamento com os padrões esperados”, completa a executiva.

Volume mensal expressivo de KYC

Ainda segundo o levantamento da EY, o volume de KYC processado mensalmente pelas instituições financeiras varia significativamente conforme o setor de atuação. Em 2025, ano de referência da pesquisa, bancos comerciais e instituições de pagamento concentraram os maiores volumes: 53% dos bancos e 67% das instituições de pagamento indicaram processar mais de dez mil KYC por mês.

“Esses dados são compatíveis com a natureza operacional desses setores, que lidam com grandes bases de clientes e alta rotatividade”, observa Grigolin. Por outro lado, bancos de investimento, câmbio e DTVMs/CTVMs apresentaram predominância nas faixas mais baixas (com até cem KYC mensais), o que está alinhado com seus modelos de negócio mais especializados e de menor escala.

A ausência de qualidade de dados impacta, na avaliação dos executivos entrevistados pelo estudo, dois pilares dos esforços de PLD/FTP: KYC para 36% dos respondentes e monitoramento de transações para 52%. Em relação ao KYC, informações incompletas ou inconsistentes podem trazer falhas no processo de onboarding, dificultando assim a análise de riscos e aumentando a exposição das IFs a crimes financeiros. Já sobre o monitoramento, a qualidade dos dados é fundamental para detectar operações e situações suspeitas de lavagem de dinheiro e fraude, além de contribuir para a redução de falsos positivos.

Também por causa desses impactos, as IFs demonstraram estar atentas à qualidade dos seus dados, com a maioria satisfeita em relação a esse trabalho, ainda de acordo com a pesquisa da EY. “Quando os dados são tratados de forma centralizada e com qualidade, é possível identificar riscos

com maior precisão, reduzir inconsistências, aprimorar a experiência do cliente, atender às exigências regulatórias e potencializar análises preditivas", finaliza Grigolin.

Fonte: Agência EY, em 14.05.2026.